

CARACTERIZAÇÃO DAS CRECHES ATENDIDAS PELO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PSICOLOGIA ESCOLAR DA UNIC: um paralelo com a política de educação infantil

Daniela Barros da Silva Freire Andrade*

Colaboradores: Adriana Quiles, Ana Josefa da Costa, Cristiane Penteadó, Erla da Silva, Erluce Varanda, Gisele de Oliveira, Geralda Carvalho, Joselita Figueiredo, Kelly Gattass, Lúcia Misorelli, Wilce Bike.

RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão sobre a política nacional da Educação Infantil e os limites do atendimento da criança pequena em Cuiabá. Através das atividades do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar da UNIC, entre os anos de 1993 e 1995. Uma amostra de 5 (cinco) creches foi analisada nas categorias: perfil da família-usuária, perfil dos profissionais de creches e instâncias administrativas/taxa de atendimento. Os dados revelam que a família-usuária possui baixa renda e pouca escolaridade, que o profissional de creche não possui formação específica e vivencia um processo de fragilização de sua identidade profissional e que o município é a instância administrativa com maior taxa de atendimento à criança de 0 a 6 anos, destacando-se o trabalho das ONG's. As análises conclusivas revelam que a educação infantil, em Cuiabá, vem sendo desenvolvida pelo recorte da cisão entre a assistência e a educação, onde o primeiro é mais evidenciado que o último. Como posicionamento frente à problemática, o artigo propõe uma ação integrada entre universidade e entidades do setor, no sentido de fortalecer a formação do profissional de creche e implantar políticas públicas para a assistência e educação da criança de 0 a 6 anos.

Acredita-se que a atividade de pesquisa constitui uma das formas de intervenção do psicológico escolar, podendo, através desta experiência, realizar a sua práxis inclusive em espaços profissionais que extrapolam as paredes da unidade escolar. Esta dimensão da pesquisa ganha maior relevância quando se trata da investigação de problemas ainda pouco estudados, como é o caso da Educação Infantil em Mato Grosso que também se apresenta como um nível do processo educativo pouco atendido pelas políticas oficiais. Por esta razão, a pesquisa realizada dedicou-se ao diagnóstico da realidade, a fim de instrumentalizar ações políticas coerentes, com os conceitos de saúde e cidadania. Nesta perspectiva, o presente artigo tem como objetivos caracterizar as creches atendidas pela UNIC e discutir sobre a política nacional de Educação Infantil, traçando um paralelo entre o encontrado no cotidiano das creches e o ideal posto nesta política.

* Supervisora do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar da Universidade de Cuiabá - UNIC.

Nos últimos três anos, a UNIC, através do Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar e do Serviço de Creches, vem desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão que permitem levantar hipóteses acerca da realidade da Educação Infantil em Cuiabá. A apresentação das análises realizadas neste trabalho para a apreciação da comunidade mais ampla, tornou-se imperiosa uma vez que a resolução da problemática da creche em Cuiabá só poderá ser solucionada com articulação e ações em segmentos diversificados da sociedade.

Para tratar das questões levantadas durante o processo de investigação, este artigo estrutura-se em três partes. Na primeira, destacam-se as diretrizes sobre a Educação Infantil, traçadas pelo Ministério da Educação e a situação de Mato Grosso no cenário nacional; em seguida, apresenta-se a caracterização da população-alvo desta investigação juntamente com as discussões e, finalmente, as análises conclusivas, em que apontamos as possibilidades de ações concretas na área de atendimento às crianças de 0 a 6 anos em Cuiabá.

Fazendo um recorte do contexto de Cuiabá, elegemos uma amostra de cinco creches, sendo (3) três públicas e (2) duas filantrópicas para a realização do levantamento de dados. As creches que participaram deste estudo foram:

- a) Creche Municipal Espaço Livre;
- b) Creche Municipal Lucila F. Forte;
- c) Creche Municipal Santa Inês;
- d) Creche São Francisco de Assis;
- e) Creche São Francisco de Assis IV, também denominada de "Coração Materno".

Nos quadros demonstrativos dos dados constantes deste trabalho, estas aparecem identificadas por - a, b, c, d, e - respectivamente.

Todas as creches juntas atendem a uma média de 697 crianças por ano.

Como instrumento de coleta de dados, foram utilizadas fichas de inscrição e identificação da criança e sua família, bem como as pastas de registros profissionais dos funcionários. Em creches onde não foram encontrados tais instrumentos, a elaboração e aplicação destes, foram realizados pelas estagiárias de Psicologia.

As observações no cotidiano das creches, efetuadas ao longo dos últimos (3) três anos, e, em especial, entre abril e junho de 1995, auxiliaram a análise de aspectos como: a concepção de creche, as características do serviço prestado, o perfil da família-usuária e do funcionário.

A relação entre os atores sociais envolvidos com a creche foi observada; porém, considera-se que tal temática merece atenção e que extrapola a proposta deste artigo.

Os dados numéricos foram analisados a partir do cálculo da percentagem e as análises qualitativas foram desenvolvidas através das discussões nas situações de supervisão de estágio, ocasião em que foram identificados determinantes no que chamamos - "ênfase no Cuidar e creche modelo de Família Substituta".

Dados Oficiais divulgados pelo MEC (1994) e a pesquisa realizada pela instituição "Fé e Alegria" sobre a realidade crecheira em Cuiabá (1992), serviram como indicadores básicos do delineamento de algumas hipóteses iniciais.

O trabalho partiu da elaboração das seguintes hipóteses: primeira, as famílias usuárias de creche, em sua maioria, provêm de classe baixa, cuja escolaridade é de primeiro grau incompleto e renda familiar em torno de 1 salário mínimo. Segunda, os funcionários das creches não possuem formação adequada e trabalham em condições precárias de infra-estrutura. A terceira hipótese refere-se à concepção de creche compartilhada pelas instituições,

voltadas para a "ênfase no cuidar", exercendo o papel de Família-Substituta.

Historicamente, como vem sendo apontado pelos pesquisadores Civiletti (1988) e Haddad (1991), a prática da Creche tem-se dedicado ao modelo de mãe-substituta, acreditando que o objetivo desta implica o cuidado compensatório às crianças, cujas mães trabalham fora de casa. Neste sentido, o "cuidar" ocupa a principal tônica do cotidiano.

Considera-se creche com ênfase no cuidar a instituição que apresenta uma alta razão adulto/criança e/ou não possui propostas psicopedagógicas em sua prática e/ou não considera a necessidade de expressão lúdica da criança e/ou possuem um quadro de funcionário cuja formação não corresponde às necessidades do trabalho junto à criança de 0 a 6 anos.

Embora a tendência tenha sido confirmada, algumas variáveis foram detectadas como determinantes das diferenças do perfil dos funcionários e da infra-estrutura entre as creches, como por exemplo, localização da creche, tempo de fundação e nível de escolaridade das famílias-usuárias.

A identidade de creche fortemente voltada para a concepção de "depósito de crianças", a inexistência de programas de formação e atualização do profissional somados à não elaboração de plano de carreira e, sobretudo, de uma política para Educação Infantil ao longo das últimas décadas, denunciam a desvalorização da instituição creche, de seus profissionais e das crianças de 0 a 6 anos neste país.

Com o Plano Decenal de Educação para Todos (1994), surgem algumas possibilidades de superação, embora, atualmente, ameaçadas pela aparente indiferença do atual Ministério de Educação a respeito dos documentos e diretrizes elaborados naquele período.

Através do documento publicado pelo MEC "Educação Infantil no Brasil: Situação Atual" (1994), os estudiosos e trabalhadores em creches e pré-escolas tiveram acesso aos dados estatísticos referentes a 1991 sobre o atendimento sócio-educativo à criança de 0 a 6 anos no Brasil. Cabe ressaltar que, em especial, os dados sobre o atendimento de crianças entre 0 a 3 anos se revelam seriamente prejudicados pela falta de sistematização dos mesmos no que diz respeito ao trabalho de creches.

Apesar de precárias, as informações oficiais sobre a Educação Infantil espelham a realidade da pré-escola no que diz respeito ao estabelecimento oficial devidamente registrado. Observou-se que, a partir da elaboração da Política Nacional de Educação Infantil, realizada através de constantes debates entre o MEC, ONGS, Universidades, Fundações e Secretarias dos Governos Municipais e Estaduais, por ocasião das discussões do Plano Decenal de Educação para todos, surge uma nova dimensão para o trabalho com creche.

As informações sobre creches no Brasil vêm sendo reivindicadas, na medida em que se tornam imprescindíveis à obtenção de dados sobre crianças brasileiras para efeito de pesquisa ou elaboração de políticas de atendimento.

Ao incluir na política nacional de Educação Infantil conteúdos claros sobre uma nova concepção de creche e pré-escola, o MEC, através da Secretaria de Educação Fundamental, acabou por assegurar o que há muito os pesquisadores vinham discutindo, a necessidade de se acrescentar à creche a dimensão educacional para que sua identidade se diferencie de um "arremedo doméstico", conforme afirma JENSEN (1994) em "Estacionamento de Criança" (Seminário Nacional de Educação Infantil. Anais).

Analisando o documento do MEC, observa-se uma constante preocupação com a integração do "cuidar" e do "educar", sendo estes compreendidos como uma complementa-

ção e não substituição da ação familiar. Questões como currículo, saúde e assistência são apontados como forma de garantir o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança. Como resultado dos debates, assegurou-se, neste documento, que: "os profissionais de Educação Infantil devem ser formados em cursos de nível médio ou superior, que contemplem conteúdos específicos relativos a esta etapa da educação" (POLÍTICA Nacional de Educação Infantil. MEC, 1994, p. 16).

O desdobramento desta diretriz remete-se à política de recursos humanos que acaba por enfatizar alguns aspectos, dentre eles, a valorização do profissional, no que diz respeito às condições de trabalho, plano de carreira, remuneração, formação, e ainda, formas regulares de formação, especialização e atualização dos profissionais. Finalmente, estipula-se, para o prazo máximo de (8) oito anos, a operacionalização das condições de qualificação dos profissionais para nível médio, competindo a cada Estado da Federação discutir formas de concretização das diretrizes. No caso específico de Mato Grosso, percebe-se uma ausência de iniciativas significativas em relação às discussões da realidade da creche e pré-escola.

Destaca-se, entretanto, o trabalho de pesquisa de "Fé e Alegria" (1992) e a articulação das creches filantrópicas, comunitárias, municipais de Cuiabá e Universidades a partir de 1994.

A prolongada inércia por parte das instituições governamentais e não-governamentais, revela-se no panorama nacional com a menor taxa de atendimento à criança de 0 a 6 anos em todo o país. Em Mato Grosso, a taxa de atendimento é de 5,75%, em Cuiabá é de 13,33%. - (BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Educação Infantil no Brasil: situação atual. Brasília: 1994.)

A seguir, apresentam-se quadros demonstrativos sobre as (5) cinco creches conveniadas com a UNIC que permitiram a análise de aspectos como: perfil da família-usuária, perfil do profissional e a correlação entre instâncias administrativas e taxa de atendimento.

- Perfil da População-Usuária - 1995

A - Faixa Salarial da Mãe

Faixa Salarial Creches	Menos de 1 Salário	1 Salário	+ 1 Salário	Não Trabalha	Total
A	----	4%	95,9%	----	100%
B	1%	72%	27%	----	100%
C*	3,25%	56,1%	40,65%	----	100%
D**	----	----	----	----	----
E	----	77%	19%	4%	100%

* Dados referentes a renda familiar encontrados na soma do rendimento dos pais e das mães.

** Dados não disponíveis

B - Profissão da Mãe

Profissão Creches	Doméstica	Outros	Total
A	2,6%	97,4%	100%
B	59,5%	40,5%	100%
C	60,97%	39,03%	100%
D	59,13%	40,87%	100%
E	69,35%	30,64%	100%

C - Escolaridade da Mãe

Escolaridade Creches	1º	2º	3º	Sem Escol.	Sem Reg.	Total
A	20,4%	46,1%	33,5%	----	----	100%
B	76%	21%	1%	2%	----	100%
C	66,66%	14,65%	0,81%	----	17,88%	100%
D	61,79%	19,28%	0,42%	1,71%	16,73%	100%
E	90,2%	4,8%	----	4,8%	----	100%

D - Local de Moradia da Família-Usuária em Relação à Creche

Distância Creches	Próximos Perto	Distantes Longe	Distância Média	Mesmo Bairro	Não Consta	Total
A	9,2%	76,3%	14,4%	----	----	100%
B	85%	16%	----	----	----	100%
C	50,40%	39,02%	----	----	10,57%	100%
D	11,32%	82,07%	6,13%	0,47%	----	100%
E	25,1%	28,3%	----	46,6%	----	100%

As famílias-usuárias das creches caracterizam-se, em sua maioria, por mães solteiras ou amasiadas, empregadas domésticas, com renda mensal de (1) salário mínimo. A maioria mora distante das creches, com exceção da "creche E" (creche em local de moradia). A escolaridade encontrada nestas famílias é de 1º grau incompleto.

As (4) quatro primeiras creches podem ser classificadas como creches em local de trabalho, uma vez que são centrais e próximas ao trabalho das mães.

A creche "A" destaca-se por atender uma clientela cujas mães, em sua maioria, possuem nível de escolaridade diferenciado: 46,1% possuem o 2º grau e 33,5% o

3º grau. Ao longo dos anos, o serviço desta creche tem-se aproximado de uma proposta educacional, apesar das deficiências enfrentadas pela equipe. A relação creche-família vem se compondo de forma significativamente diferente das demais creches cuja escolaridade dos pais é menor. Nestas últimas, o aspecto assistencialista é mais enfatizado.

- Perfil dos Profissionais

A - Escolaridade dos Profissionais - 1995

Nível de Escolaridade	1º Grau In. 1º Grau C.	2º Grau In. 2º C.	3º Grau In. 3º Grau C.	Sem Escolarid.	Não Consta	Total
A (Pública)	46,8%	34,3%	18,7%	----	----	100%
B (Pública)	55%	40%	5%	----	----	100%
C (Pública)	53,2%	36,56%	4,88%	----	4,88%	100%
D (Filantróp.)	35,38%	49,99%	14,63%	----	----	100%
E (Filantróp.)	73,65%	21,5%	----	5,26%	----	100%

A formação dos profissionais das creches investigadas parece variar de acordo com as instâncias administrativas. Observa-se que as creches públicas possuem uma concentração de profissionais com formação em nível médio, em torno de 35% e de 1º grau, em torno de 50%. Este número oscila significativamente nas creches filantrópicas, onde se pode detectar uma maior concentração de profissionais com escolaridade correspondente ao 1º grau e, ainda, variações que vão do primário ao 2º grau.

B - Faixa Salarial dos Profissionais - 1995

Salário Creche	1 Salário	1 Salário e Meio	2 Salários	+ que 3 Salários	Não Consta	Total
A	68%	18,7%	----	12,5%	----	100%
B*	----	----	----	----	----	----
C	14,63%	63,41%	2,44%	4,88%	14,63%	100%
D*	----	----	----	----	----	----
E	78,94%	15,78%	5,26%	----	----	100%

* Dados não disponíveis.

A faixa salarial bem como a jornada de trabalho variam também, de acordo com a instância administrativa. Os profissionais das creches públicas municipais, concursados, cumprem uma jornada de trabalho de 6 horas diárias com salário que varia de 1 a 1 salário e meio, de acordo com a escolaridade e o tempo de serviço. Os cargos de técnico e gerente

podem extrapolar três salários. Os profissionais das creches filantrópicas cumprem uma jornada de 8 horas diárias e, geralmente, recebem 1 salário em quase sua totalidade.

Não foram observadas correlações entre as diferenças salariais e carga-horária de trabalho com a questão da qualidade dos serviços prestados. Acredita-se que outros aspectos mereçam ser analisados, como:

- razão adulto/criança cima da média;
- ênfase da quantidade de atendimento e não na qualidade do mesmo;
- baixa qualificação do profissional;
- baixo valor per capita o que, em tese, provoca uma corrida pela quantidade de crianças atendidas.

Instâncias Administrativas e Taxa de Atendimento de Crianças entre 0 a 6 anos

A - creches - conveniadas/1995

2 Particulares Filantrópicas	-	26,68%
3 Públicas Municipais	-	15,49%
População Total	-	697 Crianças

B - Pesquisa Fé e Alegria - 1992

Particulares Filantrópicas	-	2072	-	57,1 %
Públicas	-	889	-	24,5 %
Comunitárias	-	668	-	18,4 %
População Total	-	3629	-	100 %

Os estudos realizados pela instituição "Fé e Alegria" apontou para a tendência das instâncias filantrópicas em atender a um maior índice de crianças no município de Cuiabá e Várzea Grande. Em uma pequena amostra dessa mesma realidade, constatou-se no presente estudo que, em um universo de 697 crianças, 26,68% são atendidas por 2 creches filantrópicas e 15,49% por 3 creches públicas municipais. Estes dados revelam que a instância municipal possui uma menor taxa de atendimento à criança de 0 a 6 anos, quando considerados os atendimentos realizados pelas ONGs que praticamente duplicam o índice do atendimento oferecido pelas creches públicas municipais em Cuiabá.

Essa tendência se confirma também no levantamento realizado pelo MEC em nível nacional, ao se considerar que 1.711.299 crianças são atendidas pelos municípios, 1.029.317, pela esfera particular, 872.611 pelas instituições estaduais e 15.058 pelas federais. (ESTE PARÁGRAFO CONTRADIZ A AFIRMAÇÃO ANTERIOR)

Quanto à formação do profissional de creche o que se evidencia é uma não correspondência entre a taxa de atendimento e o nível de qualificação profissional. Esta incoerência surge em todas as instâncias administrativas. O levantamento realizado pelo MEC

apresenta dados que, correlacionados, permitem concluir que, quanto menor for o número de crianças atendidas, melhor é a qualificação do profissional. Este quadro fora confirmado pelo presente estudo. A esfera estadual que oferece um menor atendimento à criança de 0 a 06 anos, conta com 68,49% dos profissionais com 2º grau e 23,11% com 3º grau. Já o município que atende 156.706 crianças a mais, conta com 56,34 dos profissionais com 2º grau, **apresentando uma tendência ao aumento de formação em nível do 1º grau 26,41% do 3º grau.**(DADOS CONFUSOS) Assim sendo, as creches municipais contam com um quadro de profissionais com formação em nível de 1º e 2º graus, enquanto que as creches Estaduais com profissionais entre o 2º e 3º graus. Estes dados têm por referência a pré-escola, modalidade de ensino atendida pela Secretaria de Educação (ESTADUAL, MUNICIPAL?).

No contexto de creches, acredita-se que os dados sejam alarmantes em função da ausência de uma política que regule as atividades desta instituição. Em vários municípios brasileiros, a creche ainda não é concebida como área da Educação Infantil e, sim, como modalidade de assistência social. Esta condição vem explicar a baixa escolaridade verificada entre os profissionais de creche e a despreocupação com a formação dos mesmos.

Em Cuiabá, a Secretaria Municipal do Bem Estar realizou concurso público e selecionou profissionais com 2º grau para ocuparem o cargo de ADI (auxiliar do desenvolvimento infantil), com formação ou não, em magistério.

As creches filantrópicas possuem um quadro bastante diferenciado; porem, o perfil do profissional de creche, quanto a sua formação, varia de acordo com o conceito de creche elaborado pela direção.

Percebe-se que as creches que enfatizam o "Cuidar" não se preocupam com a escolaridade e tão pouco com a capacitação do trabalhador. Outras, preocupadas com a função educativa, buscam o profissional de magistério e, ainda outras que, ao considerar a alfabetização como parte importante da educação das crianças, colocam o profissional de magistério apenas ao atendimento das crianças de 6 anos, com o objetivo de prepará-las para o acesso à escola.

Os dados colhidos nas cinco creches conveniadas com a UNIC evidenciaram que nas creches públicas a escolaridade dos profissionais concentra-se em 1º e 2º graus. Não foram feitas distinções entre os cargos, no entanto, é comum o funcionário com 2º grau ser o responsável direto pelas crianças.

Percebeu-se ainda uma outra correlação implícita nos dados. Dependendo do perfil da clientela (escolaridade, profissão), o quadro dos profissionais sofre alteração quanto a escolaridade. Neste sentido, na creche onde a escolaridade da família-usuária é maior, a escolaridade dos funcionários também o é. Nas creches filantrópicas, o nível de escolaridade se estabelece sob outros critérios. A correlação aqui estabelecida se dá pela localização da creche e o tempo de existência desta.

A creche mais antiga e mais central possui um quadro de profissionais com formação de nível médio completo e incompleto com relativa concentração ao nível de 1º e 3º graus. Por outro lado, na creche mais nova e de localização periférica, o nível de escolaridade se resume ao 1º grau incompleto, uma baixa taxa de 2º grau incompleto e também, com ausência de escolaridade.

O salário e a jornada de trabalho diferenciam significativamente entre as creches públicas e filantrópicas. A primeira estabelece uma jornada de trabalho de 6 horas diárias e nível salarial que varia de 1 salário a 1 salário e meio, de acordo com o tempo de serviço e escolaridade. Nas creches filantrópicas, a jornada de trabalho é de 8 horas/dia e a média salarial é de 1 salário mínimo.

Finalmente, após correlacionar algumas variáveis no contexto de creche, conclui-se que: as famílias usuárias caracterizadas em sua maioria de mãe, empregada doméstica, com escolaridade de 1º grau incompleto, com renda média de 1 salário mínimo e domiciliada geralmente em bairros distantes da creche, não encontram, na maioria destas creches, um atendimento voltado para o aspecto formativo, mas sim um serviço dedicado à guarda e manutenção da criança em seus aspectos elementares.

Indubitavelmente, não será apenas o aumento da escolaridade do profissional que assegurará a qualidade do serviço prestado, outras variáveis, ainda não estudadas, influenciam neste processo como, por exemplo: a razão educador/criança, a concepção de creche, a relação creche-família, a concepção de criança e rotina, entre outros.

As coordenadorias e gerências das 5 creches parecem reconhecer de uma forma ou de outra o aspecto do "Educar" em consonância com o "Cuidar", porém, enfrentam sérios dilemas que as afastam deste propósito.

Destaca-se algumas possíveis causas responsáveis pelas incoerências verificadas entre o real e o ideal na realidade da creche:

1. a ausência de uma formação específica deste profissional em função da inexistência de uma política de recursos humanos sólida e competente que afaste qualquer possibilidade de limitações do ponto de vista financeiro e de orientação técnica;
2. alta rotatividade do profissional, especialmente nas creches conveniadas, o que dificulta os avanços das experiências com a capacitação em serviço;
3. baixos salários combinados com o não reconhecimento social do profissional;
4. forte identificação deste profissional com a função doméstica da babá, muitas vezes reforçada pelas expectativas da direção da creche e das mães-usuárias;
5. ausência de uma representação positiva do trabalho e do lugar onde ele se dá;
6. limitadas condições de trabalho traduzidas pela fragilidade da infra-estrutura que a creche possui, visível em muitos casos, na alta proporção da razão criança-adulto, na expressiva ausência de material lúdico e, em situações de crise ausência, inclusive, de alimentação (ameaça diária para muitas creches públicas ou conveniadas, em especial as periféricas).

Com estas condições reais de funcionamento, a creche acaba por fragilizar-se perante qualquer proposta de superação da prática assistencialista.

Pensando exatamente nesta superação é que se afirma a necessidade da creche tornar-se tema de debates sistemáticos entre a sociedade, os trabalhadores do setor e os segmentos oficiais responsáveis pela coordenação, estruturação e execução de uma política estadual e municipal à infância.

Torna-se urgente que os Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente em conjunto com os órgãos oficiais, especialmente a Secretaria Municipal

de Educação de Mato Grosso, Prosol (Fundação de Promoção Social de Mato Grosso) e Secretaria Municipal do Bem Estar Social de Cuiabá, possam elaborar e operar propostas significativas para creches, considerando debates e diagnósticos realizados pelos trabalhadores do setor. A determinação e a vontade política são pré-requisitos fundamentais para superação da situação existente e implementação de um processo de mudança.

Como apontado por Fúlvia Rosemberg (1994), em sua conferência no I Simpósio Nacional de Educação Infantil, pode-se observar que o modelo tradicional de creche, pública ou conveniada, funciona como se fosse um cartão-de-visita onde as regras são autoritárias e o seu espaço físico pensado para o visitante e não para o processo educativo. São creches geralmente preocupadas com a extensão da oferta para engrossar as estatísticas e a renda "per capita".

A concepção tradicional de creche também está presente nos objetivos eleitoreiros muito comuns em casos visíveis de apadrinhamentos e nas construções de prédios como "marca" de uma gestão ou promessa política, mesmo que inútil do ponto de vista de seu funcionamento, considerando os exemplos de creches construídas e depois depredadas ou abandonadas por total falta de infra-estrutura. Iniciativas como estas são as principais responsáveis pela criação e proliferação dos chamados "depósitos de crianças".

É preciso que as Universidades percebam com mais veemência a necessidade de uma ação conjunta para o fortalecimento da Educação Infantil. Alguns registros na direção da pesquisa e extensão vêm sendo feitos por outras instituições brasileiras como possibilidade de contribuições efetivas.

Várias experiências voltadas para a participação das Universidades na formação do profissional de creche vêm se firmando, seja no âmbito da assessoria e formação em serviço, seja nos casos de capacitação e mesmo especialização.

A pesquisa se constitui de relevante importância, uma vez que se torna imperioso o conhecimento das peculiaridades da infância e da família mato-grossense, para, enfim, elaborar propostas que atendam mais expressivamente questões como: as infâncias rural e urbana, o processo migratório, os fenômenos de grilos de terras e a indústria destes grilos, dentre outros.

Para que se possa responder a pergunta: Que creche queremos? é preciso que saibamos do que a infância mato-grossense necessita e o que o Estado pode, efetivamente, fazer para atendê-la dignamente, conforme o previsto na Constituição Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Se Mato Grosso não quiser sustentar por mais tempo o título de uma das mais baixas taxas de atendimento à criança de 0 a 6 anos no panorama nacional, é necessária uma ação imediata no sentido da investigação diagnóstica do planejamento e execução deste, visando, sobretudo, a qualidade e a quantidade do serviço oferecido.

ABSTRACT

The present article proposes a discussion on the national policies of the Infantile Education and the limits of the small child attendance in Cuiabá. Through the activities of the "Supervised Apprenticeship in the Psychology School of UNIC", from 1993 to 1995. A sample of 5 (five) institutions was analyzed in the categories: the family-user's profile, the institution professional's profile and administrative instances/attendance rates. The data revealed that the family-user has low income and little study, that the institution professional doesn't have specific formation and suffers a process of weakness of his professional identity and that the municipal district is the administrative instance with larger attendance rate to children under 6 years old, specially by the work of Non-Governmental Organizations. The conclusive analysis reveal that the infantile education, in Cuiabá, is being developed by the cutting between the attendance and the education, where the first is more evidenced than the last one. Thus, the article proposes an action among universities and entities to strengthen the professional's formation and to implant public policies for the 0 to 6 child's attendance and education.

BIBLIOGRAFIA

- 1- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- 2- BRASIL. Leis, etc. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, 1990
- 3- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto SEF/DPE Coordenação Geral de Educação Infantil. **Educação Infantil no Brasil: situação atual**, Brasília: MEC/SEF, 1994.
- 4- _____. **Política Nacional e de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1994.
- 5- _____. **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1994.
- 6- CIVILETTI, Maria Vitória P. **A creche e o nascimento de uma nova maternidade**. Rio de Janeiro: FGV, 1988. Dissertação de Mestrado.
- 7- **FÉ e Alegria: pesquisa sobre a realidade crecheira de Cuiabá e Várzea Grande**. Cuiabá: 1992.
- 8- HADDAD, Lenira. **A creche em busca de identidade**. São Paulo: Loyola, 1991.
- 9- JENSEN, Jytte Juul. Educação infantil na Comunidade Européia. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1. **Anais**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coordenação Geral de Educação Infantil, 1994.
- 10- ROSEMBERG, Fúlvia. Qualidade na Educação Infantil - uma perspectiva internacional. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 1. **Anais**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coordenação de Educação Infantil, 1994.